

A OBSERVAÇÃO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

(The importance of observing tool as a pedagogical practice in the teaching of geography)

RESUMO

Este artigo discute a importância da observação como prática pedagógica no ensino de Geografia, visto que o ato de observar constitui ação fundamental para análise e compreensão das relações que os sujeitos sociais estabelecem entre si e com o meio em que vivem. Para tanto, recorre-se a levantamento bibliográfico, a fim de embasar a importância da observação na análise e na compreensão das relações socioespaciais é de fundamental importância. Tomando como referencial as contribuições dos Parâmetros Curriculares Nacionais-Geografia e o conhecimento acumulado no cotidiano da sala de aula em turmas do Ensino Fundamental I, defende-se que a observação é um poderoso instrumento metodológico para ensinar/aprender Geografia, validando a ideia de que o ato de olhar também revela o que está além do visível.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Metodologia; Observação

ABSTRACT

This article discusses the importance of the pedagogical observation as practice in the teaching of geography since the act of observing is fundamental to the analysis and understanding of social relationships that individuals establish among themselves and with the environment in which they live. Literature is used in order to base the importance of observation in the analysis and understanding of socio-spatial relationships. Taking as reference the official document Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – Geography and daily practices of empirical classroom at the Elementary School Classes, it is argued that the observation is a powerful methodological tool for teaching / learning geography. The observing as a science that reveals what is beyond the visible.

Key-words: Teaching of Geography; Methodology; Observation.

Nubelia Moreira da Silva

Professora de Geografia do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Norte (IFRN)
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol
CEP: 59015-300
Natal (RN) – Brasil
Tel: (+55 84) 4005 0757
nubeliamoreira@yahoo.com.br

Raimundo Freitas Aragão

Doutor em Geografia –
Universidade Federal do Ceará (UFC)
freitasaragao@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Desde a última década do século XX, os debates a respeito da conduta pedagógica que norteia o processo de ensino e aprendizagem em todas as disciplinas escolares tornaram-se mais intensos. No Brasil, especialmente a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, pelo Ministério da Educação – MEC, percebe-se uma maior preocupação com a conduta da escola em relação à abordagem dos conteúdos disciplinares e à formação de habilidades e competências nos educandos de acordo com os princípios básicos e objetivos das ciências enquanto disciplinas escolares.

Nesse sentido, é válido verificar a contribuição de procedimentos metodológicos que cooperaram para o aprimoramento da postura pedagógica dos professores das primeiras séries do Ensino Fundamental, especificamente no que concerne ao ensino de Geografia.

O objetivo primordial deste artigo é refletir sobre a importância da observação como prática pedagógica no ensino de Geografia. A observação contribui para a compreensão da paisagem que faz parte do cotidiano dos alunos e cria possibilidades para que o estudo do espaço geográfico ocorra de forma mais significativa para crianças. Aprender e ensinar Geografia torna-se prazeroso, na medida em que os alunos são instigados a observar o espaço que os rodeia e a perceber o conteúdo material e subjetivo das relações sociais nele expressas.

Entretanto, é possível constatar que, enquanto disciplina escolar, a Geografia ainda é percebida por muitos estudantes como “matéria a ser decorada”, já que sua imagem atrela-se à das aulas chatas, cansativas e responsáveis pela produção de imensos questionários, textos e muitas informações a serem memorizadas sob pena de reprovação no ano escolar. Para que os alunos reconheçam o valor da Geografia escolar e se encantem com tudo o que essa disciplina tem a lhes oferecer, é necessário apresentá-la de forma lúdica, concreta e contextualizada à vida do indivíduo, tendo o cuidado de valorizar a prática e a vivência que cada criança traz consigo.

O ensino de Geografia tem sido discutido e reavaliado ao longo do tempo, porém ainda enfrenta graves problemas na sua condução. A ausência de uma abordagem metodológica diversificada, capaz de privilegiar a prática e o conhecimento dos alunos, é apenas um dos entraves para se construir uma imagem positiva da disciplina entre os discentes, especialmente se estes forem crianças.

É na fase do desenvolvimento cognitivo que se dá a aprendizagem pelo fazer, ou seja, a observação, a prática e o experimento tornam-se elementos fundamentais no desencadeamento da aprendizagem e, conseqüentemente, do prazer pelo aprender. Esse momento da vida da criança instaura-se como terreno propício para o desenvolvimento da consciência de cidadania, o que se dará por meio de um trabalho direcionado à compreensão espacial e ao saber lidar com esse espaço, compreendendo-o, respeitando-o e interferindo positivamente quando necessário.

O professor, durante as aulas de Geografia, apesar dos numerosos fatores desfavoráveis e perfeitamente conhecidos e vividos por todos nós, não pode limitar-se à fatal reprodução dos conteúdos sugeridos pelo livro didático, o que determinaria a sua atuação exclusivamente em sala de aula, pois, muitas vezes, o conhecimento sistematizado não condiz com a realidade em que o aluno está inserido. Os desafios são muitos, mas é preciso ousar para avançar com criatividade e imaginação, ressignificando o ato de ensinar e aprender a geografia.

Esse estudo junta-se a tantos outros que têm contribuído para despertar em todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem o prazer de “ler”, “reler”,

“imaginar” e “concretizar” o mundo de forma crítica a partir da compreensão do lugar em que se vive. Ele foi pensado e conduzido sob uma metodologia pautada na pesquisa de teor predominantemente qualitativo e exploratório. Priorizou-se o referencial teórico em fontes já constituídas, porém a maior parte da discussão resulta do conhecimento apreendido no desenvolvimento da atividade docente em salas de aula do Ensino Fundamental I e II.

OBSERVAÇÃO E APRENDIZAGEM

Entender o papel pedagógico da observação no ensino de Geografia requer o esclarecimento do que significa essa categoria e seus principais componentes cognitivos: aparência, apreensão, aprendizado, interpretação e percepção.

De acordo com Abbagnano (1998, p. 725), observação é a “verificação ou constatação de um fato” e, segundo o autor, ela pode acontecer a partir da verificação espontânea ou ocasional ou ainda pode ocorrer com base na verificação metódica ou planejada (observação experimental, racional). Nesse caso, há uma contraposição entre a experiência ingênua, primitiva, comum ou ocasional.

Nesse mesma linha, Foulquié (1967, p. 714 – 715) escreve: “observar tem o mesmo sentido de conservar-se diante do observado (não deixar de olhar). Considerar atentamente uma coisa a fim de conhecê-la melhor”. Para esse autor, observar é muito mais difícil que imaginar e deduzir. A observação é, portanto, “uma severa e poderosa apreensão da mente” (FOULQUIÉ, *op cit.*, p. 715). Ainda segundo Foulquié, existe uma espécie de antagonismo entre a observação e a imaginação. Às vezes, a imaginação acaba substituindo a observação; assim, este último processo fica impedido pelas hipóteses do imaginário.

É necessário, antes de tudo, reformular as ideias para aprender a observar. As ideias são frutos da percepção da realidade e esta é resultado da observação (LENOBLE *apud* FOULQUIÉ, 1967). Silva (1979, p. 94) define observação como:

o processo de investigação social que consiste na aplicação do sentido para a apreensão da realidade social. [...] muitas vezes a simples observação não é suficiente para dar ao observador uma sensibilidade e uma compreensão exata dos comportamentos do universo pesquisado, o que só será possível se o pesquisador assumir papéis reais.

Um dos aspectos ligados diretamente à observação é a aparência. De acordo com Abbagnano (1998), este termo pode ter dois significados diferentes.

O primeiro é a ocultação da realidade e o segundo, manifestação ou revelação desta. Conforme o primeiro significado, a aparência vela ou obscurece a realidade das coisas, de tal modo que esta só pode ser conhecida quando se transpõe a aparência e se prescinde dela. Pelo segundo significado, a aparência é o que manifesta ou revela a realidade, de tal modo que esta encontra na aparência a sua verdade, a sua revelação. Com base no primeiro significado, conhecer significa libertar-se das aparências; pelo segundo significado, conhecer significa confiar na aparência, deixá-la aparecer. No primeiro caso, a relação entre a aparência e a verdade é de contradição e oposição; no segundo, é de semelhança ou identidade. (ABBAGNANO, 1998, p.68)

Para o autor, essas duas concepções de aparência intrincaram-se de várias formas na filosofia ocidental, pois uma nasce do esforço de atingir o saber mais concreto, transpondo os seus próprios limites por meio da superação das opiniões, dos sentidos e das crenças populares ou místicas; e a outra procura, com igual constância, ter em conta a aparência, reconhecendo que nela se manifesta a própria realidade.

A observação permite, pois, a apreensão da realidade. Apreender significa aprender por meio do intelecto, ou seja, todo conhecimento de um objeto ou fato é considerado como ação do sujeito.

A apreensão é uma operação que se dá por meio da inteligência, quando observamos um acontecimento e dele percebemos a realidade. Apreender é toda operação intelectual que resulta numa aprendizagem.

O aprendizado é a “[...] aquisição de uma técnica qualquer, simbólica, emotiva ou de comportamento” (ABBAGNANO, *ibidem*, p. 75). De qualquer forma, a aprendizagem pode ser compreendida como sendo o resultado de processos interativos entre os indivíduos e das observações que realizam sobre o meio, os elementos, os fatos e os acontecimentos, assunto abordado de forma detalhada mais à frente.

A interpretação constitui um dos pilares básicos da observação, já que significa “[...] a possibilidade de referência de um signo ao que ela designa ou também a operação através da qual um sujeito intérprete estabelece a referência de um signo ou seu objeto” e ainda “[...] o desenvolvimento e a realização efetiva da compreensão. A interpretação não é tomar conhecimento do que se compreendeu, mas a elaboração das possibilidades projetadas na compreensão” (ABBAGNANO, 1998, p. 579-580).

Por fim, a percepção apresenta três significados principais, de acordo com o sociólogo. No primeiro significado, o termo indica qualquer atividade cognitiva e é sinônimo de pensamento. O segundo significado é mais restrito e assinala o ato ou a função cognitiva à qual se apresenta um objeto real. É o conhecimento empírico, imediato, que se apreende ou se manifesta em um objeto real. O último significado é específico ou técnico, segundo o qual a percepção designa as ações estabelecidas pelo homem em suas relações com o ambiente. É a interpretação dos estímulos, o reencontro ou a construção dos seus significados.

A percepção intelectual é, portanto, “[...] o ato fundamental do conhecimento, enquanto síntese entre a ideia do ser em geral e a ideia empírica que deriva da sensação (das coisas externas) [condições objetivas] ou dos sentimentos (que o eu tem de si)” (ROSMINI *apud* ABBAGNANO, 1998, p. 756).

Como afirma Foulquié (1967), observar não é tarefa fácil, pois envolve todos os processos citados neste capítulo. Geralmente, costuma-se usar esses conceitos como sinônimos, mas não são. Cada um exige da mente uma resposta diferente. Assim, é necessário que haja estímulos externos percebíveis pelos sentidos e a posterior transformação desses estímulos em conhecimentos através da ação do intelecto.

Nesse contexto, reconhecemos como papel fundamental da observação a revelação dos significados dos elementos do espaço geográfico para as crianças que estão no período escolar do Ensino Fundamental I.

A OBSERVAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) orientam as práticas pedagógicas do ensino de Geografia da seguinte forma:

O ensino de Geografia, de forma geral, é realizado por meio de aulas expositivas ou da leitura dos textos do livro didático. Entretanto, é possível trabalhar com esse campo do conhecimento de forma mais dinâmica e instigante para os alunos, mediante situações que problematizem os diferentes espaços geográficos materializados em paisagens, lugares e territórios; que disparem relações entre o presente e o passado, o específico e o geral, as ações individuais e as coletivas; e promovam o domínio de procedimentos que permitam aos alunos “ler” a paisagem local e outras paisagens presentes em outros tempos e espaços. (BRASIL, 2001, p. 153)

Um dos princípios básicos para a apreensão do conhecimento geográfico é a análise do espaço vivido, feita através da observação em suas formas direta ou indireta (BRASIL, 2001). Quando lançamos o olhar sobre determinada paisagem, podemos fazê-lo de duas formas: olhar simplesmente, realizando uma leitura superficial e objetiva ou realizando uma análise mais complexa ou mais detalhada através de uma interpretação mais profunda. É preciso ressaltar que o visível pode significar outra realidade, pois o espaço e suas paisagens encontram-se repletos de símbolos naturais ou culturais e ambos refletem as contradições, os interesses e as necessidades de cada sociedade.

Cada indivíduo interpreta o meio em que está inserido de acordo com seus interesses, ou seja, a forma como cada cidadão compreende o espaço e os acontecimentos dos quais participa é estritamente subjetiva. Um exemplo prático dessa assertiva ficou patente durante um debate com alunos de quinta série a respeito de problemas causados pelas inundações por ocasião das intensas chuvas em Fortaleza no ano de 2011. As opiniões a respeito desse fato evidenciaram uma interpretação diferenciada por cada participante. Uma aluna, residente próximo às margens da Lagoa da Precabura¹, relatou sua indignação com o fato de as águas invadirem sua residência em períodos de grandes precipitações. Sob outro prisma, um aluno argumentou não ser a lagoa a responsável por invadir as residências e sim os moradores é que ocuparam suas margens e tomaram o seu espaço. Na sequência, outros alunos alertaram para a forma desordenada e inconsequente do processo de urbanização que a cidade experimenta já há muitos anos e esse fato, muitas vezes, ocorre com o respaldo ou o descaso do poder político.

Analisando a forma como os alunos interpretaram o mesmo fato, observa-se que a aluna diretamente afetada pelo problema apontava as chuvas e a lagoa como causa do transtorno, enquanto os outros estudantes apresentaram uma visão mais crítica sobre o fato. A discussão, é claro, abriu oportunidade de fornecer maiores esclarecimentos a respeito da dinâmica de uso e ocupação do solo urbano, contemplando as complexas relações sociais, econômicas, culturais e ambientais, e instigou a realização de uma visita à lagoa. Como resultado da visita, os alunos recolheram informações da população local e, no retorno à escola, houve sistematização dos dados recolhidos, culminando com rico debate a respeito dos problemas existentes na área visitada.

É exatamente nesse ponto que a Geografia aparece como a ciência capaz de desenvolver o senso crítico de quem se propõe a executar uma leitura reflexiva do espaço. Isso pode ser feito através da mudança de atitudes, como deixar o ambiente restrito da sala de aula e partir para experiências concretas, capazes de possibilitar aos alunos uma observação mais detalhada do espaço geográfico.

Abordar a forma como o homem produz e organiza o espaço, ou seja, a maneira como ele se apropria do seu ambiente físico com os estudantes do Ensino Fundamental I (2ª a 5ª série) requer, sobretudo, a observação cuidadosa dos lugares em que esses indivíduos estão inseridos. Nessa fase do desenvolvimento cognitivo, a criança lida de forma mais satisfatória com o concreto, então, o ensino de Geografia, especialmente nesse período da vida escolar, deve ser baseado em atividades que possibilitem ao aluno experimentar, observar e descobrir realidades que o cercam para que ele próprio possa construir seu aprendizado.

Os objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para a disciplina de Geografia (BRASIL, 2001, p. 131) nas séries iniciais do Ensino Fundamental I são os seguintes:

¹ Localizada no limite dos municípios de Fortaleza e Eusébio.

- Reconhecer, na paisagem local e no lugar em que se encontram inseridos, as diferentes manifestações da natureza e a apropriação e transformação dela pela ação da sua coletividade, de seu grupo social;
- Conhecer e comparar a presença da natureza expressa na paisagem local com as manifestações da natureza presentes em outras paisagens;
- Reconhecer semelhanças e diferenças entre os modos como diferentes grupos sociais se apropriam da natureza e a transformam, identificando suas determinações nas relações de trabalho, nos hábitos cotidianos, nas formas de se expressar e no lazer;
- Conhecer e começar a usar fontes escritas e imagéticas, utilizando, para tanto, procedimentos básicos;
- Saber utilizar a observação direta ou indireta da paisagem, a fim de descrevê-la por meio de ilustrações e da linguagem oral;
- Reconhecer, no seu cotidiano, os referenciais espaciais de localização, orientação e distância, de modo a deslocar-se com autonomia e representar os lugares onde vivem e se relacionam;
- Reconhecer a importância de uma atitude responsável de cuidado com o meio em que vivem, evitando desperdício e percebendo os cuidados que se deve ter na preservação e na manutenção da natureza.

A paisagem citada no quinto objetivo proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais é definida como sendo uma unidade visível que possui uma identidade caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contendo espaços e tempos distintos, como o passado e o presente (BRASIL, 2001). Nesse sentido, Ferrara (2007, p.11), ao escrever sobre a experiência de observar, perceber e entender a cidade, esclarece que:

Além do ver, o observar é ler. Ler é produzir descontinuidades, é fazer o tempo insinuar-se no espaço para desfazer sua continuidade. Perceber a cidade não é uma manifestação dela, mas um modo de fazê-la significativa para uma percepção que lhe empresta significado. A percepção da cidade não está nela, mas na própria inteligência que percebe.

Para as séries iniciais, o estudo da paisagem é fundamental, pois ajuda na formação do conceito de espaço e suas funções. As crianças da segunda série ampliam essas noções nos ambientes que fazem parte do seu cotidiano: a casa, o quarteirão, a rua, a escola, o bairro. Se esses níveis do espaço forem bem explorados, as crianças, ao alcançar a terceira série, poderão ampliar suas observações para uma escala superior, ou seja, a cidade. Na série seguinte, será a vez do estudo sobre o estado em que se localiza seu município e, na quinta série, elas passarão a conhecer o território nacional por completo, ampliando o grau de complexidade e interpretação para os espaços do planeta na primeira série do Ensino Fundamental II (6ª série).

Todos os níveis do espaço e suas paisagens devem ser bem trabalhados para que o aluno possa apropriar-se deles e tornar-se capaz de compreendê-los pela sua própria interpretação. No estudo desses níveis espaciais, percebemos uma organização nos currículos escolares que os separa em cada série específica. Na maioria das vezes, esses espaços são trabalhados independentemente, provocando uma fragmentação no saber, pois os alunos passam a compreender esses espaços como se fossem isolados, o que não condiz com a realidade. Esse problema é bastante sério, já que impossibilita a compreensão integrada dos níveis espaciais.

O último objetivo estabelecido pelos PCN refere-se à postura dos alunos frente aos elementos naturais que compõem o espaço onde vivem. É importante tratar dessa

questão com as crianças, pois a compreensão dos elementos naturais como imprescindíveis para a sociedade desenvolve a consciência da responsabilidade que cada cidadão deve ter em relação ao meio.

Para que os objetivos propostos pelos PCN sejam alcançados é fundamental a seleção de conteúdos significativos e socialmente relevantes que possibilitem ao aluno a elaboração de raciocínios e concepções a respeito do seu espaço. Em entrevista concedida à revista Nova Escola, na edição especial de janeiro e fevereiro de 2001, o geógrafo Aziz Ab'Saber defendeu que a principal missão do professor que leciona Geografia é ajudar o aluno a entender o local onde vive e a atuar sobre ele. Por essa razão, os professores precisam conhecer seu entorno, sua população e seus problemas. Para o geógrafo, não basta saber o trivial e usá-lo em leituras inconsequentes de velhos livros didáticos.

É muito mais estimulante e desafiador para um aluno estudar o seu lugar a partir do contato direto com as diferentes paisagens que o compõem. Um aluno de segunda série aprende mais facilmente a desvendar e reconhecer as funções dos espaços da sua escola se for levado a uma incursão através dela e for estimulado a entrevistar os diferentes funcionários responsáveis pelo funcionamento de cada um de seus ambientes, ao invés de discutir sobre o assunto somente em sala de aula. Sobre essas experiências existem inúmeras atividades práticas que se utilizam da observação para tornar o mais prático possível o aprendizado.

Por exemplo, pode-se dividir a turma em grupos pequenos, de três ou quatro alunos, combinar com eles as dependências da escola a serem visitadas e solicitar que cada grupo elabore algumas perguntas com base na curiosidade que têm a respeito das funções desses espaços e das pessoas que neles trabalham. Com o questionário em mãos, os alunos devem deslocar-se até os setores que serão investigados e observados. Cada grupo visitará um espaço da escola. Depois de feitas as observações e o recolhimento das informações, os alunos devem voltar para a sala de aula e iniciar a elaboração de um relatório que pode ser oral, no caso de crianças de segunda série, ou escrito, se forem de série superiores. Esse relatório deve ser apresentado aos colegas e nele devem constar todas as observações que o grupo fez a respeito do espaço investigado, seus componentes e suas funções no espaço da escola e no dia a dia dos alunos. Essa prática pode ser enriquecida com outros procedimentos, como o uso de fotografias, desenhos, exposições, e outros.

O professor deve enriquecer essas discussões propondo questionamentos, tais como o que aconteceria se o funcionário que trabalha nesse setor faltasse ao serviço, se mudaria alguma coisa nas atividades da escola ou nas atividades em sala de aula. Ao professor, recomenda-se aproveitar para trabalhar as relações sociais que ocorrem dentro da escola. Dessa forma, o aluno percebe que o espaço escolar não é composto só pela sala de aula. Ele terá oportunidade de ampliar a compreensão da dimensão espacial e social que é a sua escola como um todo.

Trabalhar a representação gráfica dos espaços da escola é outra excelente atividade que emerge da observação. O professor pode solicitar que os alunos construam através de desenho o mapa do caminho que precisaram percorrer até chegar ao local investigado por eles. É provável que as crianças não consigam desenhar um mapa perfeito, mas é importante que essa linguagem de representação faça parte do cotidiano delas, pois isso facilitará a compreensão das representações espaciais mais complexas com as quais terão contato futuramente.

VIVÊNCIA, PRÁTICA E APRENDIZADO

A constante redefinição a que o espaço geográfico está submetido torna-o dinâmico e mutável. Uma boa base teórica pode ajudar o professor a desenvolver um excelente trabalho a fim de que seus alunos desvendem o mundo que os cerca de forma crítica e reflexiva. O professor sem embasamento teórico pouco contribuirá para que o ensino dessa ciência seja adaptado à realidade. Assim, o ato de ensinar e de aprender Geografia não acontece somente por meio do conceito memorizado, ditado pelo livro didático. Segundo Resende *apud* Szterling (1998),

57

uma Geografia assim concebida leva-nos fatalmente a considerar o aluno como um ser neutro, sem vida, sem cultura, sem história. O aluno não participa do espaço geográfico que ele estuda. Se o espaço não é encarado como algo em que o aluno está inserido, a verdade geográfica do indivíduo se perde e a Geografia torna-se alheia para ele. (RESENDE *apud* SZTERLING, 1998, p. 138)

As crianças, apesar do pouco contato com espaços mais amplos, possuem muitos conhecimentos sobre os ambientes que lhes são familiares. A escola deve aproveitar a identificação que elas fazem desses lugares e seus elementos e a partir daí direcionar-lhes a observação e a interpretação, facilitando-lhes a compreensão de espaços mais amplos.

Partindo de experiências concretas, é mais significativo para o aluno chegar à elaboração formal dos conceitos em níveis cada vez mais abstratos de pensamentos e formas mais complexas de representação.

Nessa perspectiva, o construtivismo se configura como uma abordagem poderosa para a efetivação dessa proposta: ensinar Geografia usando elementos concretos e lúdicos para despertar nas crianças o prazer de aprender essa ciência os conhecimentos desta ciência que é fundamental na formação da consciência humana como cidadão do mundo e do espaço em se que habita.

Mas o que é o construtivismo? Freitag (1994), ao discutir aspectos filosóficos e socioantropológicos do construtivismo pós-piagetiano, explica o que é a teoria construtiva de Piaget:

[...] As estruturas do pensamento, do julgamento e da argumentação dos sujeitos não são impostas às crianças de fora, do behaviorismo, por exemplo. Também não são consideradas inatas, como se fossem uma dádiva da natureza. A concepção defendida por Piaget e pelos pós-piagetianos, é que estas estruturas do pensamento, do julgamento e da argumentação são resultado de uma construção realizada por parte da criança em longas etapas de reflexão, de remanejamento. Poderíamos dizer que essas estruturas resultam da ação da criança sobre o mundo e da interação da criança com seus pares e interlocutores. Acho que essa ideia central tem que ser enfatizada: a aprendizagem é uma construção. O pensamento do homem maduro e da mulher madura é o resultado de uma construção inclusive frágil, porque pode ser desconstruído, porque há regressões. Mas é o resultado de uma construção cujo epicentro é a própria pessoa: a criança, e, mais tarde, o adulto. Isso significa que o polo decisório dos processos de aprendizagem está na criança e não na figura do professor, do administrador, do diretor, etc. (FREITAG, 1994, p. 27).

Na segunda série, os conteúdos a serem explorados são os que dizem respeito à socialização e à constituição dos grupos sociais aos quais a criança pertence. Iniciam-se, também, os estudos sobre as paisagens e os espaços direta ou indiretamente ligados ao cotidiano das crianças. Para que o professor que ministra Geografia possa fazer com que seus alunos atinjam os objetivos que norteiam o aprendizado geográfico é necessário envolvimento e muita criatividade, nunca esquecendo que são eles que devem

desvendar as informações do mundo. O professor deve assumir o papel de mediador dessas descobertas, dando-lhes condições e criando situações que agucem suas curiosidades para, enfim, satisfazê-las.

A esse respeito, Freire (2004: p. 70) assim se manifesta: “Se trabalho com crianças, devo estar atento à difícil passagem ou caminhada da heteronomia para a autonomia, atento à responsabilidade de minha presença que tanto pode ser auxiliadora como pode virar perturbadora da busca inquieta dos educandos”. Em outro momento, o autor acrescenta: “[...] o educador que, ensinando Geografia, ‘castra’ a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica” (*ibidem*, p. 56-57).

O espaço vivenciado pelo aluno deve ser abordado em sua relação com outros espaços, de modo a estabelecer comparações, ressaltando semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais importantes para a compreensão do que observa e analisa.

Conforme lembra Santos (1995), tanto na criança quanto no adulto, o próximo e o distante estão diretamente relacionados às suas preocupações imediatas e não à distância real no espaço. Cabe à Geografia subsidiar o aluno ou explicar com instrumental prático, teórico e analítico o porquê dos espaços diferenciados dentro de uma noção de escala, de forma que ele compreenda porque uns espaços são equipados, confortáveis, dinâmicos e outros não o são, seja em nível local, na rua, no bairro da cidade onde ele vive, no país ou no mundo.

Nessa abordagem, o ensino de Geografia se renova e torna-se capaz de explicar o real, de fazer com que o aluno possa entender suas relações, identificar-se com os fatos, com os lugares e o movimento da sociedade, inserindo-se e percebendo-se incluído nessa dinâmica.

Essa concepção exige que os professores se conscientizem de seu papel como formadores de mentalidade reflexiva e promotores de ação crítica entre seus alunos, preparando-os, assim, para a formação da sua cidadania.

Cabe a nós, professores, investirmos em nossa capacidade de mudar e transformar a nossa prática docente se desejamos tornar o nosso trabalho mais comprometido e prazeroso, sobretudo nas séries iniciais onde pequenos cidadãos começam a se formar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação é uma ferramenta fundamental no processo de descoberta e compreensão do mundo. O ato de observar pode desencadear muitos outros processos mentais indispensáveis à interpretação do objeto analisado, principalmente se for feito com o compromisso de buscar uma análise profunda dos fenômenos observados.

Sabe-se que a Geografia é também a ciência do olhar. Mas como estudá-la sem usar esse sentido tão fundamental para o processo de apreensão dessa ciência? Infelizmente, ainda se pode encontrar, não raramente, em todos os níveis de ensino, um trabalho tradicional. Essa situação só se reverte quando atribuímos à Geografia sua real importância. Através de ações concretas levamos nossos alunos a entendê-la como uma ciência que prepara para a vida e para o desempenho da cidadania global. A forma mais simples de fazer isso é usando instrumentos concretos para ensiná-la. Para isso, se faz necessária a exploração dos fenômenos através dos sentidos, momento em que a observação se torna ferramenta importante desse processo.

Mesmo depois da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ainda persiste nas escolas uma atitude tradicional no ensino de Geografia, pois os relatos dos professores deflagram o desconhecimento dessas orientações. Observa-se também que, na teoria, todos sabem o que fazer para mudar essa história, mas, na prática, poucos se aventuram nesse processo de mudança.

Aos que ainda acreditam na eficácia do ensino e seguem fazendo diferente nas universidades, formando novos professores de Geografia, ou nas escolas, formando cidadãos pela contribuição da Geografia escolar, permanece o desafio de continuar experimentando e promovendo experiências metodológicas que despertem a curiosidade e o prazer de aprender a observar para produzir conhecimento. Essa postura pressupõe o conhecimento do meio em que se vive e a superação do estudo do espaço geográfico com uma finalidade meramente escolar, visando apenas à promoção de série ou ao sucesso no vestibular. Deve-se, assim, encontrar utilidade prática na vida e na reflexão sobre o mundo, para nele viver melhor, promovendo transformações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicolau. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AB'SABER, Aziz Nacib. **A Geografia do Bairro**. Revista Nova Escola. Ed.139. Janeiro/Fevereiro de 2001.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. 3 ed. Brasília, MEC/SEF, 2001.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Além do ver. In: FERRARA, Lucrécia D'Alessio; DUARTE, Fábio; CAETANO, Kati Eliana (Orgs). **Curitiba: do modelo à modelagem**. São Paulo: Annablume; Curitiba: Champagnat, 2007.
- FOULQUIÉ, Paul. **Diccionario del Lenguaje Filosófico**. Tradução de César Armando Gómez. Barcelona: Labor S.A, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- FREITAG, Bárbara. **Aspetos filosóficos e sócio- antropológicos do construtivismo pós- piagetiano**. Petrópolis; Vozes, 1994.
- SANTOS, Douglas. Conteúdo e objetivo pedagógico no ensino da Geografia (p. 20-61). In: **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 17 (Geografia e Ensino). Presidente Prudente: AGB/Pres. Prudente, julho de 1995.
- SILVA, Luiz Ernani Torres da Costa e. **Dicionário Básico de Sociologia**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.
- SZTERLING, Silvia. **Geografia: Primeiras Noções**. São Paulo: FTD, 1998.

Enviado em 05/2012
Aprovado em 09/2012